

Curso de Capacitação Para Dirigentes Do Movimento Popular

1º Módulo: 30·Abril e 01·Maio
2º Módulo: 02 e 03·Maio
3º Módulo: 13 e 14·Junho
1992

CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO

FOFNE (041) 228-5211

1º Módulo: Concepção e Prática Estratégica
do Movimento Popular

Texto 2: História da Concepção Estratégica de Movimento Popular
- Euclides André Mance

A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE MOVIMENTO POPULAR

Introdução

A reflexão e o debate entre lideranças e dirigentes de movimentos sociais acerca das diferentes concepções de movimentos populares no Brasil, teve um significativo avanço nos 3 últimos anos. Destaca-se neste período o VIII Encontro da ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares - em 1989 quando se explicitou de maneira concatenada a concepção estratégica de Movimento Popular que foi coletivamente construída a partir de vários anos de práticas de lutas concretas desde o regime ditatorial, passando pelo enfrentamento de governos populistas no período Sarney, contrapondo-se as práticas de clientelismo e cooptação por parte de grupos de direita e "esquerda". Saliente-se também na promoção dessa reflexão e debate as inúmeras atividades promovidas pela Pró-Central de Movimentos Populares no país a partir de 1990.

A reflexão sobre as concepções de movimento popular nos remete a questões de ordem estratégica como o papel dos movimentos populares em meio à sociedade capitalista, a sua relação com o Estado, o seu enfrentamento com o capital, a reconstrução das relações de poder no cotidiano e o enfrentamento da cultura e ideologias dominantes.

Se por um lado as quatro concepções apresentadas neste texto foram construídas historicamente a partir de práticas sociais

situadas em determinadas conjunturas sociais, políticas e econômicas, por outro lado, elementos de algumas concepções permaneceram como quadro de referências às lutas populares extrapolando as conjunturas originárias.

O debate acerca das concepções de movimento popular significa, portanto, uma avaliação crítica da práxis global dos movimentos populares resgatando momentos importantes de sua história, uma reflexão sobre seu papel na sociedade civil brasileira, bem como a busca de definições apropriadas, embora parciais, às suas lutas nos próximos anos.

Para desenvolvermos neste texto a história da Concepção Estratégica de Movimento Popular é imprescindível, ainda que rapidamente, retomarmos alguns elementos de outras concepções e práticas em cujo confronto cotidiano nas lutas dos movimentos ela se construiu.

1. Concepção Conservadora

A Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo, fundada em 1934, foi a primeira organização de moradores formalizada que se tem notícia no Brasil. A SAC tinha um caráter conservador, uma vez que suas reivindicações pela modernização da infraestrutura da cidade, em hipótese alguma, colocavam em xeque as relações capitalistas de exploração do trabalho, nem da exploração que os capitalistas realizam nas atividades que visam a reprodução da força de trabalho pelo consumo de mantimentos, de remédios ou utilização de transporte, moradia, etc. Pelo contrário, a SAC serviu de canal para o embate ideológico que expressava os interesses das camadas elevadas dos melhores bairros que desejavam um planejamento urbano

em resposta às demandas que desenvolvimento do capitalismo trouxera a São Paulo naquele período. Pessoas influentes que promoviam a SAC , foram posteriormente eleitas para cargos no legislativo e executivo a fim de implementar suas propostas.

Em geral as SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRROS que surgiram alguns anos depois em São Paulo, "inspiradas" na SAC, também expressavam uma concepção conservadora tanto na Fase de Pressão Popular (1945-1964), quanto na Fase de Integração Social (1964-1990). Na primeira fase, a pressão por melhorias nos bairros periféricos desassistidos pelas políticas de desenvolvimento urbano - que cresciam a cada dia pela migração acelerada provocada pela industrialização - levava a uma situação de barganha. Tais melhorias eram trocadas por apoio eleitoral àquele que concede/conquista a melhoria. Tais pressões nunca afetavam a estrutura social, mas resolviam necessidades imediatas e conjunturais. No momento de Integração Social as SAB's tornaram-se meramente prestadoras de serviços à comunidade, extensões dos órgãos públicos, reivindicando, inclusive, a subvenção do Estado para seu próprio funcionamento. Com o golpe de 1964, o movimento perdera, em muito, o poder de barganha porque prefeitos de capitais e governadores eram nomeados e não precisavam mais de voto popular para apoiá-los.

Os COMITES DISTRITAIS organizados em São Paulo a partir de 1947, tinham sua base geográfica nos bairros populares , nas periferias, e se constituíram muito mais em comitês político-eleitorais que grangeavam apoio à administração municipal, que organismos de articulação e avanço de lutas populares.

Mais recentemente esta concepção conservadora foi referência

para as práticas da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e da Confederação Brasileira das Associações de Moradores (COBRAM).

No Governo Sarney, por exemplo, a CONAM deu todo apoio às políticas e programas assistenciais do governo Federal. O apoio ao Plano Cruzado no III Congresso da CONAM e a caravana de favelados à Brasília - patrocinada pela LBA e SEAC, como noticiaram os jornais da época - em apoio aos cinco anos para o Governo Sarney em 22/03/88, são exemplos do atrelamento do movimento ao Estado. Na direção da CONAM havia uma composição com membros do PTB, PFL, PDS, PMDB, PDT, PCB e PC do B. No IV Congresso da entidade, em 88, houve um racha que provocou a fundação da COBRAM - com a direção de membros do PFL, PDS e PTB.

Para a concepção conservadora, o Movimento Popular compõe-se basicamente de Associações de Moradores e outras entidades similares que, em seu conjunto, é denominado por movimento comunitário.

Os objetivos estratégicos da orientação conservadora, em última instância visam manter as relações de exploração capitalista, impedindo as pressões populares por mudanças estruturais sobre o Estado, que usa as organizações populares para a execução de seu projeto. Todas as suas ações são meramente conjunturais, visando resultados imediatos. Normalmente os movimentos são tratados de maneira clientelista na base da barganha e da corrupção dos dirigentes. Sob essa corrupção, normalmente, a entidade é dirigida de forma autoritária, personalista e paternalista. É comum ocorrer toda sorte de fraudes para estes dirigentes manterem-se no poder.

O papel do dirigente acaba ficando reduzido a negociar em nome

do movimento, junto à prefeitura, não se preocupando em mobilizar, organizar e qualificar o movimento. Pelo contrário, o dirigente torna-se "intermediário" entre os "bons políticos e governantes" e os moradores que são "beneficiados pelo Estado". As obras aparecem como dádivas dos governantes. Por outro lado, quando fazem campanhas normalmente são assistenciais, pedindo ajuda a políticos, empresários, etc.

Nesta concepção privilegia-se muito a ação institucional reivindicatória. Prefeito e vereadores se promovem no atendimento clientelista de tais reivindicações. A ação direta que desenvolvem reduz-se a campanhas de agasalhos, donativos, etc, que não afetam a exploração capitalista.

2. Concepção Tático-Reformista

Historicamente a concepção tática é perceptível na proposta dos COMITÊS DE DEFESA POPULAR que foram organizados de 1945 a 1947 em São Paulo e em vários Estados do Brasil pelo Partido Comunista. Os CDP's em São Paulo tinham por base geográfica os bairros populares da cidade, nos quais as classes populares ansiavam por participar na emergente sociedade de consumo e na vida política nacional que sofria um processo de redemocratização com a deposição do Governo de Getúlio Vargas. Os Comitês de Defesa Popular eram um meio de levar à massa as palavras de ordem do Partido Comunista em defesa da democracia e em apoio a Prestes que se candidatara ao Senado, e Yedo Fiúza que era candidato a presidente do País.

Segundo esta concepção o Partido era estratégico e o

movimento popular apenas tático. Os militantes do Pc entendiam que a mobilização e organização da população em torno de seus problemas e reivindicações era secundário, pois não levaria a afetar as estruturas sociais.

Mais recentemente, esta concepção tática de Movimento Popular ressurgiu em setores do movimento sindical do ABC Paulista após as greves de 80 que foram expressão de um grande acúmulo de forças ocorrido nos movimentos sociais a partir da segunda metade da década de setenta. Foi justamente a partir daquela década, quando a crise econômica provocou um enorme arrocho salarial e uma profunda deterioração nas condições de vida da população, que os movimentos populares vão ressurgindo partindo de questões imediatas como a carestia, a falta de creches - pois as mães precisavam trabalhar para recompor o poder aquisitivo da família -, a saúde, a situação da educação, etc. Vão surgindo as Ceb's, os Clubes de Mães, os Centros Comunitários com uma orientação distinta das SAB's que majoritariamente neste período, tem um caráter conservador. Um marco do retorno do movimento de massas é uma assembléia do Movimento do Custo de Vida em 1975, em São Paulo, com 5.000 pessoas.

Os movimentos populares nesse período, em algumas conjunturas precisas, se articularam profundamente com o movimento sindical. O movimento grevista em São Bernardo do Campo em 1980, por exemplo, somente avançou porque em sua estratégia colocou os bairros das cidades do grande ABC como espaço de articulação sindical. Nos bairros discutiu-se a pauta de reivindicação; fêz-se reuniões por empresas; distribuiu-se boletins sindicais; arrecadou-se e distribuiu-se dinheiro e alimento para o Fundo de Greve; realizou-se piquetes nos pontos de ônibus, entre outras atividades. Após a

intervenção no sindicato, esses bairros serviram como principais sustentáculos para a continuidade da greve, propiciando condições de mobilização e organização que se faziam necessárias. Durante a campanha salarial procurou-se os bairros atingindo-se grupos de trabalhadores, algumas SAB's, Igrejas, etc. Nos bairros onde já existiam movimentos organizados, com tarefas definidas como as SAB's, Pastoral Operária, Movimentos de Jovens, etc, a campanha salarial e as atividades sindicais passaram a fazer parte de sua pauta de reuniões que, até então, se restringiam aos objetivos de cada movimento.

Passado o movimento grevista de 80 no ABC, os setores sindicais que tinham uma compreensão tática de Movimento Popular pretendiam, a partir daquela experiência de articulação do Movimento Popular e Sindical, desenvolver um trabalho de "sindicalismo paralelo" colocando o movimento popular a serviço do movimento sindical. Do movimento de bairros surgiriam quadros para o movimento sindical. Além disso o Movimento Popular estaria a serviço do Movimento sindical nos embates diretos da contradição Capital X Trabalho, no desenvolvimento das tarefas sindicais.

Esta concepção tática de movimento popular referenciou a prática de setores da CONAM até 88 que eram vinculados aos PC's. O apoio da CONAM ao Plano Cruzado e aos 5 anos para Sarney curiosamente tanto se apoiavam na concepção conservadora de parte da direção da CONAM composta por lideranças do PFL, como também na concepção tática de outra parte da direção que era ligada aos PC's. Para os setores do PFL, a defesa de interesses de certos setores do capital nacional, o clientelismo político possibilitado por programas sociais do Governo Sarney - que garantiam a

cooptação clientelista das lideranças de base - e manter a hegemonia do PFL na direção da política nacional, justificavam a ação de movimento popular que desenvolviam. Para os setores dos PC's o congelamento de preços e proteção de certos setores da indústria de ponta - como a informática -, bem como a defesa da transição democrática eram questões de interesse popular, de interesse nacional e de garantia do avanço da luta de transformação da sociedade brasileira rumo ao socialismo. A transição democrática era uma etapa necessária e que deveria ser apoiada pelas forças sociais, face o perigo do retrocesso político.

Conforme esta concepção tática que foi sendo construída em várias décadas, o movimento popular é composto basicamente pelo movimento comunitário, isto é, as associações de moradores e outras entidades similares. Os movimentos populares culturais como negros, mulheres, etc, vêm assumindo hoje maior importância para setores que se apóiam nesta concepção. Pelo fato de compor diferentes classes sociais e por não atuar diretamente sobre a contradição entre "Capital e Trabalho" - espaço que seria próprio do movimento sindical - o Movimento Comunitário é considerado tático, o que significa ter por papel principal apoiar o Movimento Operário Sindical e o Partido Revolucionário que são estratégicos para a superação do capitalismo. Afirmam que a maneira de articular os diversos movimentos populares é através das Associações de Moradores sendo que os movimentos deveriam organizar-se a partir de sua estrutura.

A orientação geral desta concepção é essencialmente mudar as relações de exploração, contribuindo para conquistar melhores condições de vida para a população. Superando-se o modo de

produção capitalista, fatalmente extinguir-se-iam as ideologias de exploração e conseqüentemente as de dominação. Cabe ao Movimento Popular contribuir com o Partido e o Movimento Sindical para a transformação da sociedade, desempenhando as tarefas que lhes forem decididas nestas outras instâncias.

O papel do dirigente nesta concepção é conduzir o movimento a realizar as ações definidas pelo partido ou pelo movimento sindical. Alguns afirmam que o movimento deve ser um "braço do partido" junto à massa ou uma "correia de transmissão", levando as palavras de ordem do partido para o povo. Daí a importância que dão às grandes mobilizações, passeatas, etc, bem como a cooptação dos movimentos no período eleitoral.

O dirigente portanto, que se apoia nesta concepção, desrespeita a autonomia do movimento, e para manter-se na direção de Federações e demais entidades realiza conchavos e alianças com setores conservadores, loteando os cargos da direção de forma tal a favorecer seu partido, sua corrente. Tal dirigente deve estar atento para cooptar às lideranças que despontarem para encaminhá-las ao movimento sindical e partidário.

Entretanto, ocorre freqüentemente que o projeto político do partido é substituído por um projeto pessoal caracterizando um oportunismo que normalmente descamba para a prática conservadora.

3. Concepção Estratégico-Idealista

A concepção estratégico-idealista que visa fortalecer o movimento comunitário é também chamada de **CONCEPÇÃO COMUNITARISTA**.

Históricamente o que mais se aproxima dessa concepção são

ALGUMAS Sociedades Amigos de Bairros que se organizaram de 1945 a 1964 colocando em questão a gestão da cidade. Tais SAB's não representavam apenas os moradores de um bairro mas a própria classe trabalhadora reivindicando melhores condições de vida. Algumas SAB's atingiram, naquela fase, sua maior autonomia em relação ao Estado.

Entretanto será no ano de 73, no I Seminário da Sociedade Amigos de Bairros de São Paulo no qual se discutia o novo papel das SAB'S que se propôs a SAB como centralizadora do movimento ou da ação comunitária.

Nesse período as SAB'S, em sua maioria, tinham um caráter conservador. Segundo seus dirigentes, a primeira fase de uma SAB era REIVINDICATIVA, reivindicando melhorias para o bairro. A segunda fase era ASSOCIATIVA. A SAB prestava serviços aos associados, realizava promoções e atividades variadas. Neste estágio estariam a maioria das SAB'S em 73. A terceira fase a ser atingida era a fase COMUNITARIA. Seria a fase ideal em que as SAB's deixariam de ser apenas para um grupo de associados e passariam a centralizar a ação comunitária de toda a coletividade.

Embora essa fase ideal tenha permanecido apenas como um ideal, essa terminologia de MOVIMENTO COMUNITARIO acabou sendo incorporada ao Movimento Popular, em especial no sul do país.

Concretamente, a CONCEPÇÃO COMUNITARISTA ou ESTRATÉGICA IDEALISTA surge alguns anos após, entendendo todo o movimento popular numa perspectiva estratégica, isto é, salientando sua importância na superação do capitalismo.

Para esta concepção a emergência de inúmeros movimentos conjunturais - luta contra o desemprego, por transporte, contra a

carestia, etc, - que surgiam e meses depois desapareciam eram vistos como um grave problema que somente poderia ser resolvido na medida em que esses movimentos se organizassem por dentro das associações de moradores. Assim, suas mobilizações fortaleceriam o movimento comunitário como um todo e teriam melhor saldo organizativo, resultando em mais acúmulo de forças para novos embates. Por outro lado o surgimento de inúmeros movimentos populares fragmentados com inúmeras bandeiras de luta, que em sua organização não dependiam estruturalmente das associações de moradores, como o movimento de mulheres que surge em 81, o movimento de saúde, o movimento nacional de meninos e meninas de rua, o movimento negro, os movimentos ecológicos, etc, dificultavam, segundo a concepção estratégica idealista o avanço das lutas. Elas somente poderiam avançar para objetivos estratégicos na medida em que todos esses movimentos se unissem ou se articulassem sob a mesma estrutura permanente.

Assim, para o fortalecimento do movimento comunitário, era necessário que os movimentos de mulheres e negros se organizassem internamente às associações de moradores, que era vista como a estrutura permanente e viável para esse fim. Por isso denomina-se esta concepção por "concepção estratégica idealista", pois idealizou uma forma estratégica de organização do movimento que não respeitava, entretanto, as formas reais e autônomas que os movimentos específicos desenvolveram em sua organização.

Parte dos adeptos desta concepção propôs o adiamento do II Congresso da CONAM em 84 a fim de que tal congresso fosse realmente representativo do movimento popular. Com esse adiamento haveria tempo hábil para mobilização e discussão junto às bases. Entendiam que a CONAM poderia ser a estrutura permanente necessária

ao fortalecimento do movimento comunitário e popular em geral. Entretanto tal adiamento não ocorreu; mas a idéia de tornar a CONAM a entidade nacional dos movimentos populares combativos ainda persiste em alguns setores.

Para esta concepção, o Movimento Popular compõem-se principalmente das associações de moradores e outras entidades similares que, em seu conjunto, é denominado como "movimento comunitário". Os movimentos específicos, - negros, mulheres, deficientes, meninos e meninas de rua, etc- tem, conforme esta concepção, um peso secundário para a superação do capitalismo. O movimento popular é composto por diferentes classes sociais desde o setor lumpen até segmentos médios. Isso colabora para a afirmação de seu papel estratégico, pois os setores médios e lumpen da população devem ser hegemonzados no engajamento da luta pela superação do capitalismo.

O objetivo estratégico da concepção comunitarista é acabar com as relações de exploração na sociedade, contribuindo para conquistar melhores condições de vida para a população; para tanto é necessário fortalecer as entidades do movimento comunitário, bem como compor os objetivos imediatos com os históricos para que, partindo de objetivos imediatos os movimentos avancem em suas lutas para a conquista de objetivos mais estruturais e menos conjunturais, afetando as contradições mais básicas do sistema capitalista.

A defesa que fazem da estrutura verticalista e indireta da CONAM está vinculada ao papel de destaque que dão à autoridade do dirigente, do presidente, que é percebida, muitas vezes, de forma messiânica, como "aquele que sabe" e a tudo pode resolver.

Isso possibilita um exercício de poder autoritário consentido pela base. Isso colabora para que haja uma inibição do despontar de novas lideranças e continuísmo, por parte de muitas diretorias de entidades, que se transforma em carreirismo. Tudo isso vinculado freqüentemente ao atrelamento de instâncias populares à correntes ou partidos políticos.

Dá-se um valor exagerado ao elemento legal, pois a formalização, a legalização, credencia o movimento a ter audiências com as autoridades do Estado e manter convênios. Nessas audiências evidencia-se o papel e a autoridade do dirigente da Associação, agora reconhecido pelo Estado como porta-voz de uma organização popular.

Os defensores desta concepção valorizam mais a ação institucional que a ação direta, embora atividades de ambos os tipos sejam realizadas.

4. Concepção Estratégica

Esta concepção de movimento popular se forjou a partir da história de lutas de massas no Brasil nas últimas duas décadas. Entretanto foi nos últimos seis anos que essa concepção veio sendo explicitada de maneira mais concatenada. Tal concepção afirma o papel estratégico do Movimento Popular no afetamento das estruturas do sistema capitalista e na sua superação, como também na superação da opressão e dominação nas relações do cotidiano.

Tal concepção, construída no polo combativo do movimento popular, compreende que a luta dos movimentos só tem realmente um peso estratégico na transformação da sociedade quando intervêm

nos campos econômico, político e ideológico, realizando simultaneamente um processo de mobilização, organização e formação.

Esta concepção veio sendo gestada na ANAMPOS desde 1980 e a partir de 1990 tem sido aprimorada pela prática de lutas, organização e formação desenvolvidas no interior da Pró-Central de Movimentos Populares.

Para compreender melhor as idéias desta concepção e como elas surgiram é preciso relembrar alguns momentos importantes na história recente dos movimentos populares no Brasil.

Como vimos, a partir de meados da década de 70 os Movimentos Populares vão ressurgindo em plena ditadura militar REIVINDICANDO soluções para os seus problemas concretos de moradia, transporte, custo de vida, etc. Com a posterior politização dos movimentos de massa, eles avançam na exigência da redemocratização do Estado e na participação popular. De 80 a 86 tem-se o "fim da ditadura militar", a reformulação partidária - com a conseqüente divisão de posições no campo daqueles que estavam todos juntos na oposição à ditadura - e o movimento popular adquire o papel de INTERLOCUTOR junto ao Estado.

Nesse período o Estado que tratava o Movimento Popular combativo na base da repressão, passa a ter uma prática populista e assistencialista; abre-se à participação. Entretanto, o fato de partidos de oposição conquistarem o Governo em inúmeros Estados e Municípios não significou que as reivindicações dos Movimentos Populares fossem atendidas e que todos os movimentos passassem a estabelecer um mesmo tipo de relação com o Estado. De fato, na oposição haviam também diferentes posicionamentos fundados em diversas concepções de movimento popular e de sua prática em

relação ao Governo, aos Partidos e às Igrejas.

Contudo, ao par dos movimentos populares conservadores atrelados ao Estado populista pelos programas assistenciais e ao par dos movimentos populares cooptados por partidos de esquerda que, numa postura tática, mantinham diferentes posicionamentos frente aos Governos e às diversas tendências no movimento sindical, haviam grupos que, com dificuldade estratégica e tática, tentavam avançar a luta dos movimentos no seu embate contra o Estado e por mudanças na área da reprodução social, ao par também de inúmeros movimentos que iam surgindo e que tinham como questão de fundo o embate contra ideologias que discriminavam negros, mulheres, deficientes, etc.

Na prática de lutas daqueles movimentos combativos, haviam dois leques de dificuldades. Por um lado os movimentos não tinham CAPACITAÇÃO TECNICA E POLITICA para desempenhar seu papel de interlocutor junto ao Estado. Assim, a reivindicação pelo não aumento do preço da passagem de ônibus, por exemplo, era respondido pelo Estado com base em planilhas complexas de cálculos de desgaste de equipamentos, índices de custos de insumos, etc, que por trás de todo um conjunto complicado de equações escondiam a exploração capitalista realizada por empresas privadas na área do transporte coletivo. Por outro lado, as reivindicações do movimentos - por falta de uma definição mais precisa de objetivos históricos e estratégicos - ficavam apenas no caráter conjuntural, imediato, não avançando para intervenções sobre elementos mais estruturais da organização da cidade e da sociedade.

A outra dificuldade dos movimentos era a fragmentação e

dispersão das lutas. A multiplicação de movimentos atuando com os mais diversos objetivos, com diversificadas formas de organização, levou a uma grande dispersão de forças em várias áreas. Por outro lado, inúmeros militantes de Movimentos Populares acabavam participando de vários movimentos simultaneamente, tendo um grande desgaste físico e psicológico, causando problemas familiares - pois a convivência afetiva com a família reduzia-se a um tempo mínimo-, etc. Era comum o comentário que em reuniões de diversos movimentos acabam aparecendo, várias vezes, as mesmas caras.

Com esses dois grandes problemas o movimento popular refluí e entra em crise, percebendo a necessidade de melhorar a sua capacitação técnica e política, e de formular uma estratégia que lhe possibilitasse intervir em tantas áreas diferenciadas sem reduzir o poder de fogo em cada uma delas, superando a fragmentação e dispersão.

A tentativa de superação dessas dificuldades estratégicas levou, por um lado, à organização de articulações nacionais de movimentos ou de militantes em torno de questões específicas como a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), a Articulação Nacional da Luta pelo Transporte (ANLUT) - possibilitando um melhor nível de capacitação às lutas -, e movimentos nacionais como o Movimento de Defesa do Favelados, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, entre outros - que se fortaleceram com a organização a nível nacional -, algumas Federações de Associações de Moradores que foram construídas efetivamente a partir das lutas populares, a Confederação Nacional das Associações de Moradores - em certo sentido -, as articulações de militantes e assessores de diversos movimentos como a Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS).

Contudo, as articulações e federações que aglutinavam um determinado movimento específico pouco contribuíram na superação da fragmentação entre os diversos movimentos constituídos em torno de questões próximas, mas que permaneciam organizativamente isolados, como por exemplo, saúde, habitação e infra-estrutura em geral.

A partir de todas essas experiências foram se materializando duas propostas de organização dos movimentos tendo em vista a superação dos desafios já mencionados.

Numa delas se idealizou uma estratégia que unificava diversos movimentos sob uma mesma entidade legal que era a associação de moradores. Esta era a alternativa embasada numa "Concepção Estratégica Idealista", também chamada de Concepção Comunitarista. A outra estratégia partia de uma profunda reflexão sobre a prática de lutas dos diversos movimentos, e suas propostas organizativas e de sua complementariedade para a construção de um nova sociedade justa e fraterna. Ao invés de idealizar uma estratégia e propor a união dos movimentos sob a Associação de Moradores, propunha a ARTICULAÇÃO DOS DIVERSOS MOVIMENTOS e a UNIFICAÇÃO DE LUTAS, respeitando a total autonomia organizativa dos diversos movimentos, que se articulariam para desenvolver lutas conjuntas e prioritárias numa perspectiva que afetasse o capitalismo na área da reprodução social, pressionasse o Estado e combatesse as ideologias de exploração e dominação. Tais lutas deveriam ser definidas democraticamente pelos próprios movimento em plenárias e fóruns conjuntos. Para tanto seria necessário construir uma Entidade Nacional de Movimentos Populares, que mais tarde veio a ser denominada CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES.

Esta segunda estratégia de articulação dos movimentos e unificação de lutas vai ganhando consistência, especialmente a partir de 1986. A implantação do Congresso Nacional Constituinte e as brechas conquistadas para a participação do Movimentos Populares no processo de elaboração da nova constituição, obrigaram os movimentos a atuarem com firmeza no embate institucional e substituir a simples reivindicação de soluções localizadas e conjunturais para seus problemas pela elaboração - com assessoria técnica - de emendas populares de lei que buscavam a resolução desses problemas com transformações estruturais a nível nacional. Assim, naquela conjuntura, a luta reivindicatória que durante vários anos havia acumulado experiência em diversas áreas específicas, como infra-estrutura, saúde, educação, transporte, moradia, etc, era sistematizada para o novo embate, que agora se dava no espaço da ação institucional. As emendas populares eram, de certa forma, expressão dos conhecimentos acumulados nos diversos campos da luta direta, reorganizados numa perspectiva política mais estratégica e numa formulação técnica apropriada.

O que ocorre de mais interessante, porém, é que, em vários casos, reivindicações de diversos movimentos eram articuladas em uma única emenda. A emenda da Reforma Urbana tratava tanto da ocupação de terras urbanas quanto da disposição de equipamentos públicos - como postos de saúde, escolas, etc -, como do planejamento permanente das cidades que envolvem, entre outras coisas, a definição de novas linhas de transporte, a localização de novas creches, etc. Em outras palavras, na medida em que os movimentos avançavam para a proposição de emendas com caráter de transformações estruturais, as LIDERANÇAS percebiam a necessidade

de unificação de suas lutas em torno de alguns eixos. No caso deste exemplo foi o eixo da Reforma Urbana.

Se na prática, por um lado, o que estava acontecendo era a UNIFICAÇÃO DE VARIAS LUTAS EM TORNO DE ALGUNS EIXOS, por outro lado havia a ARTICULAÇÃO DE INUMEROS MOVIMENTOS se entre-apoiando na conquista de assinaturas para apresentarem as emendas ao Congresso Constituinte.

Depois de promulgada a nova Constituição, entretanto, todo aquele trabalho pareceu inútil, pois, na prática, pouco havia mudado, tudo parecia tal qual era antes da constituinte.

De fato, somente o conjunto das lideranças mais de frente conseguiu refletir profundamente todo aquele processo e aprender com a prática. A cada dia estava mais claro a importância estratégica da Central de Movimentos Populares. Era preciso articular os movimentos, unificar lutas, continuar mobilizando nas ações diretas e não mais reivindicar, mas propor politicamente projetos viáveis e na luta articular o enfrentamento do capital, do Estado e das ideologias de exploração e dominação.

Entretanto, grandes setores partidários e sindicais continuavam com uma visão tática de movimento popular. Isso somente começou a entrar em crise por 4 razões. Uma delas foi a derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989. A vitória de Collor se deveu, em grande medida, à ressonância de sua campanha nos setores lumpen da sociedade brasileira. Foi justamente a população analfabeta, favelada, desempregada, a que sobrevive da economia informal em condições precárias e a classe burguesa, as áreas eleitorais que materializaram a vitória de Collor.

O Movimento Sindical se deu conta de que a maioria da população

brasileira que vive na miséria absoluta dificilmente será politizada pelas lutas sindicais, pois quando não é lumpen em sentido estrito, vive da economia informal - e que de uma forma de outra não participam dos embates Capital X Trabalho que ocorrem no Movimento Sindical.

Tal preocupação aumentou ao perceber que projeções internacionais mostram que a readequação do modo de produção capitalista à alta tecnologia, robotização, informatização e nova divisão social do trabalho mostram claramente o aumento de serviços considerados autônomos e a diminuição da proporção social de trabalhadores sindicalizados.

O terceiro motivo da entrada em crise da concepção tática de movimento popular - e que questionou profundamente a concepção comunitarista - foi o fato dos movimentos populares não ocuparem os espaços institucionais de participação nos diversos conselhos assegurados pelas constituintes federal, estaduais e leis orgânicas.

As prefeituras democrático-populares necessitavam de participação e pressão popular para garantir avanços mais estratégicos, de transformações mais estruturais. Entretanto tal participação popular mostrou-se fraca. Ao colher as LIDERANÇAS intermediárias dos Movimentos populares e colocá-las nas administrações, o movimento perdeu muito da qualidade do embate institucional que acumulara nos anos anteriores, que se materializava na intervenção política dessas lideranças. Em muitos casos o movimento entrou em inércia; em outros refluuiu consideravelmente; em outros voltou à mera ação direta.

Por fim, um quarto elemento que talvez tenha contribuído para colocar em crise a visão tática de movimento popular foi o

vendaval de movimentos de massa no leste europeu derrubando burocracias, enfrentando a repressão nas ruas, recolocando em questão a soberania popular e nacional. Os rumos desse processo, entretanto, ainda são imprevisíveis. Contudo é curioso lembrar que não se tem notícia na história de algum movimento semelhante ao da "Carta 77" que conquistou a hegemonia na Tcheco-Eslováquia, colocando Vaclav Havel na presidência do país. Tal movimento, historicamente se originou em torno de uma banda de Rock inspirada na Velvet Underground.

Segundo a concepção estratégica o movimento comunitário é parte integrante do movimento popular. Sob o conceito de movimento popular incluem-se todos os movimentos que atuem na área de reprodução social e no campo ideológico-cultural que são formados pelas camadas populares exploradas e dominadas, que se mobilizam para transformarem a realidade em seu próprio interesse, sendo uma frente de luta estratégica para o processo de transformação da sociedade.

Assim, compõe o movimento popular as organizações, grupos e movimentos não confessionais, que se organizam ao âmbito da sociedade civil e que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias, bens de uso coletivo, como praças, escolas, postos de saúde, etc, equipamentos e serviços que são de responsabilidade do Estado; organizações, grupos e movimentos que se embatem diretamente contra o capital na área da reprodução social, como o caso dos movimentos de ocupações de terras; ou ainda aquelas entidades, grupos ou movimentos que enfrentam as ideologias e as culturas de dominação nas lutas políticas do cotidiano, como movimentos de negros, mulheres, deficientes, etc.

As orientações últimas dessa concepção são: superar o estágio reivindicatório, fazer crescer a consciência nas lutas; superar o corporativismo; conquistar melhores condições de vida para a população; articular as diversas lutas a partir de um projeto estratégico; compor as lutas imediatas com os objetivos históricos de transformação estrutural da sociedade; fortalecer as entidades do movimento popular para que possam contribuir no processo de transformação da sociedade; superar as relações de exploração e dominação; a população gerenciar a circulação e consumo, bem como os equipamentos e serviços públicos; a superação do sistema capitalista.

A concepção estratégica defende como princípios do Movimento Popular a democracia, a autonomia, a representatividade, ser classista, de bases, de massas e combativa.

Esta concepção concorda parcialmente com as considerações sobre o caráter estratégico do movimento popular contida na concepção comunitarista. É mais radical, entretanto, na aplicação de princípios de autonomia e independência dos movimentos populares frente aos Governos, partidos, sindicatos e Igrejas.

Para alcançar os objetivos estratégicos garantindo tais princípios os movimentos que assumem a concepção estratégica de movimento popular afirmam a necessidade de construir a Central de Movimentos Populares, de articular os movimentos em torno de eixos de lutas unificadas a nível de cada município, de cada Estado e do País.

A estrutura organizativa que está sendo proposta por tais movimentos visa romper com as estruturas rígidas, verticalistas e hierarquizadas das Confederações das Associações de Moradores,

que se prestam tanto ao manobrisimo cupulista por parte de dirigentes de direita, quanto ao dirigismo fortemente centralizador, de grupos de esquerda, que considerando-se a vanguarda esclarecida da revolução, relegam às bases apenas o papel de implementação das ações táticas definidas pelo grupo dirigente. Não é por acaso que, durante longo tempo, havia uma composição entre PFL, PCB, PCdoB e outros partidos na direção da CONAM.

Pelo contrário, conforme a concepção estratégica, a estrutura que os movimentos populares necessitam para implementarem suas lutas articuladas em torno de eixos estratégicos e promoverem um amplo processo de formação política de massa, base, lideranças e dirigentes deve ser a mais horizontal possível, e ter a mínima dimensão possível, sendo organizada na exata proporção das necessidades do avanço das lutas dos movimentos populares no afetamento das estruturas de reprodução do sistema capitalista.

A proposta de estrutura que foi aprovada na II Plenária Nacional de Movimentos Populares propõe basicamente o seguinte:

- a) Fóruns municipais/regionais, estaduais e nacionais, que promovidos pela Central, poderão ser instâncias privilegiadas de debates, articulação e definição de encaminhamentos de lutas. Tais fóruns seriam abertos a todos os movimentos populares, filiados ou não à Central, e à população em geral, organizada ou não, em pastorais, movimentos sindicais, etc.
- b) Contudo, os fóruns nada deliberariam em relação à Central. Por isso, além dos fóruns abertos à participação de toda a população, as plenárias dos movimentos filiados à Central - também realizadas a nível municipal/regional, estadual e nacional - são apresentadas como indispensáveis na definição das

estratégias da própria Central, tendo em vista seus processos de organização, formação e mobilização.

c) Como órgãos auxiliares propõem-se a organizações de comissões temáticas que teriam por finalidade elaborar propostas de políticas para essas áreas e táticas de ação conjunta a serem levadas aos fóruns de debates, explicadas, reformuladas e aprovadas pelos participantes dos movimentos como propostas a serem implementadas na ação direta e institucional.

d) Além destas instâncias, propõem-se a organização de coordenações e executivas a nível municipal/regional, estadual e nacional. Tais coordenações, segundo alguns, devem priorizar mais o papel de coordenação, propriamente dito, que o de direção - para o qual também possuem a autoridade conferida pela escolha democrática nas plenárias -, evitando-se, assim, o distanciamento das instâncias que representam na direção política, mas que têm por tarefa principal coordenar e articular.

Um das preocupações a nível nacional é tolher da proposta de estrutura organizativa da Central quaisquer elementos que apontem para consideráveis possibilidades de sua burocratização e criar mecanismos de elaboração coletiva que impeçam que as comissões tornem-se espaço de disputa política entre grupos, tendências e movimentos, ficando aberta a possibilidade de serem elaboradas, inclusive, várias propostas diferenciadas que seriam debatidas nos fóruns.

Esta estrutura da Central, que está se delineando, possibilita articular os diversos movimentos e a população ainda não organizada em torno de eixos de luta estratégicos - através dos fóruns -, avançando na capacitação técnica e proposição de políticas públicas - elaboradas nas comissões, debatidas e

aprovadas nos fóruns -; busca evitar a burocratização, valoriza a dimensão horizontal da estrutura, com a ampla participação democrática - através das plenárias -, garante a total autonomia organizativa para os movimentos, e tenta impedir o distanciamento entre direção e base.

O dirigente de movimentos populares, segundo a concepção estratégica, além de defender e pautar-se pelos princípios já citados deve promover a participação, ser organizador, mobilizador e educador.